

Discurso de encerramento
da apresentação do programa do Governo
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

1. Se há algo que este debate prova e mostra é que o XXIV Governo, o novo Governo, veio para resolver problemas, para resolver os problemas das pessoas, os problemas das empresas, os problemas dos serviços públicos, os problemas dos pilares do Estado.

O novo Governo – sim este é um novo Governo e é um Governo novo, cheio de ânimo, de energia, de garra, de determinação – quer mesmo resolver os problemas concretos da vida dos portugueses.

Desenganem-se os que estão habituados a governos do “anuncia e adia” ou até do “adia e anuncia”. O Primeiro-Ministro e o Governo vieram mesmo para fazer, para fazer acontecer, para mudar, para melhorar a vida do país, para melhorar a vida de todos nós.

2. Sabemos bem – e sabemos todos nesta casa – que é isso que as portuguesas e os portugueses esperam deste novo Governo. A questão é, pois, saber quem está, quem estará disponível para colaborar com o novo Governo na solução destes problemas. Quem quer afinal resolver os problemas das Portuguesas e dos Portugueses?

Ouvimos aqui, a propósito do programa e do seu conteúdo e da atitude do novo Governo, uma discussão quase bizantina e bastante moralista sobre defeitos, vícios e virtudes.

Permitam-me que, em jeito de síntese final, explicito a atitude e a disposição do Governo da Aliança Democrática, que nada tem que ver com essas quezílias retóricas. Tudo o que fizemos em sede de programa de Governo decorre, única e exclusivamente, da leitura directa e rigorosa da Constituição. Não temos nem poderíamos ter outro guião: o nosso guião é a Constituição. Explico, pois: ao contrário do que muitos sugeriram, dentro e fora deste hemiciclo, não é suposto nem desejável que o programa do governo seja negociado com as oposições. Isso não cabe na / nem deriva da lógica constitucional e democrática. O programa não é, não podia nem devia ser o resultado de uma negociação. Ele será, sim, como tão claramente indicou ontem o Primeiro-Ministro, e uma vez atingida a plenitude de funções, ele será, repito, a base da negociação. Insisto: o programa do novo governo não é o resultado de negociação, ele é sim a base de qualquer negociação.

É, por isso, também injusta e impertinente, a crítica à inclusão de 60 propostas dos partidos da oposição no Programa do Governo. Poderá dizer-se, e nisso concedemos, que umas são mais relevantes do que outras e que nem todas representam um especial valor acrescentado. Mas a incorporação, a inclusão, destas medidas, é um sinal, um sinal – vou dizê-lo com solenidade – um sinal de abertura. Não devendo o programa do Governo ser negociado, ainda assim quis o Primeiro-Ministro que se desse um sinal claro de que não se antagonizavam nem se excluíam as oposições. Dizem: não houve diálogo prévio. Claro que não, porque não era suposto haver. Mas há abertura, abertura programática, e isso ninguém pode negar. Fica mesmo a pergunta: alguém tem memória de um Governo de maioria relativa que

tenha feito suas propostas vindas de todos os partidos da oposição? Esta inclusão – sim senhores Deputados, este é um programa inclusivo – é a demonstração real – em factos e não em palavras – da abertura ao diálogo do novo Executivo.

3. Aquilo que se nos pede, a todos, é sentido da responsabilidade e disposição de abertura. Falámos já da abertura, falemos agora da responsabilidade.

Falando agora como Ministro dos Negócios Estrangeiros, a situação internacional é talvez a mais incerta e difícil desde a II Guerra Mundial. A invasão da Ucrânia pelo regime russo de Putin trouxe a guerra de novo a território europeu. O conflito no Próximo Oriente, originado por um ataque terrorista bárbaro levou agora a uma crise humanitária desesperada e está em constante risco de escalar. E não longe de nós, no Sahel, o terrorismo fundamentalista e a ingerência russa obrigam a Europa do Sul a um alerta permanente. A imprevisibilidade e a volatilidade implicam uma atenção redobrada às nossas Forças Armadas, a quem o novo Governo garante todo o apoio. Permitam-me neste quadro, enquanto titular da pasta, enaltecer também o valor e sentido de missão da nossa diplomacia.

O novo Governo está ciente – está mesmo seguro e certo – de que Portugal pode contar com as forças políticas que, no governo ou na oposição, sempre convergiram nas linhas fundamentais da política externa, da política europeia e da política de defesa.

Diante deste novo contexto geopolítico e com uma nova ordem-desordem mundial, Portugal precisa de estabilidade, Portugal precisa de responsabilidade. De uma coisa o novo Governo está certo: se houver responsabilidade, haverá estabilidade e, nós Portugueses, poderemos atravessar mais seguros estes “mares

nunca dantes navegados”. A situação é séria, todos teremos de estar à altura dessa seriedade.

Conhecendo bem esta Assembleia e a sua história – não esqueçamos que o Primeiro-Ministro e os dois Ministros de Estado foram todos eles líderes parlamentares –, conhecendo a Assembleia da República, respeitando-a enquanto coração da vida democrática, o novo Governo está confiante de, num quadro de crise e incerteza internacional, também na nossa vida interna, os partidos nela representados serão fonte de responsabilidade e de estabilidade.

4. Olhando agora para a responsabilidade de um prisma interno, importa deixar bem claro que a herança que o anterior Governo nos deixa, apesar do alarido com o excedente, é uma herança pesada, uma pesada herança.

Todos os portugueses conhecem a degradação a que chegaram os serviços públicos no Serviço Nacional de Saúde, na escola pública, nos tribunais, nas forças de segurança ou na área das migrações. Para não falar, falando, da habitação, do desemprego jovem, da precariedade das pensões, do êxodo dos nossos jovens. A herança que nos deixam é um Estado social que parece agora em estado de liquidação; é preciso dizê-lo: estes 8 anos significaram um recuo sem paralelo do Estado social. É necessário resgatar, salvar e reabilitar o Estado social. Essa será, a arrancar já com planos de emergência, uma prioridade, para que, mais uma vez, se exige um apurado sentido de responsabilidade.

5. A ideia do oásis cor-de-rosa é desmentida a cada dia que em que se aprofundam os assuntos e se descobrem novos dossiês. A lista seria infindável, desde o imperdoável descontrolo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa à alteração

ocultada da tabela de preços da ADSE, da ainda total impreparação do Edifício da Caixa Geral de Depósitos para sediar o novo Governo ao abandono de projectos de agendas mobilizadoras como *Projecto Aurora em Sines*; do surpreendente prejuízo de 1000 milhões de euros do Banco de Portugal até aos mais 700 milhões de euros que estão por executar no Plano de Desenvolvimento Rural, prestes a terminar em 2025. Em suma, a lista é grande e aumenta a cada dia.

6. Permitam-me que me concentre, porém, num caso paradigmático, já aqui trazido pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro da Educação, Ciência e Inovação. O caso dos exames do 9.º ano em modo digital e dos 13.000 alunos que não receberam o kit digital. O novo Governo, como se sabe, dará toda a prioridade à transição ecológica e à transição digital. Por isso, não desistiremos do objectivo dos exames digitais no próximo ano lectivo e, por isso, ainda assim, o mantivemos para as provas de aferição. Os alunos, as famílias, os professores e os directores das nossas escolas merecem esta decisão responsável, mais uma vez a capacidade de assumir a responsabilidade.

Os governos dos últimos 8 anos espalharam aos quatro ventos a vaga da digitalização, a era da modernização, o advento da inovação, a chegada da inteligência artificial. Mas quem for a uma esquadra de polícia, a um tribunal, a um centro de saúde, a uma escola ou até a um gabinete ministerial rapidamente verificará que a grande transformação digital, ironicamente, não saiu do papel. É bem caso para dizer que quem nos precedeu fez da transição digital uma mera transição virtual.

7. Feito algum do inventário, importa voltar ao início, ao mote do novo Governo e do seu programa: resolver problemas, resolver os problemas dos Portugueses.

Como frisou o Primeiro-Ministro, cumpre-nos virar a página do empobrecimento, de um país resignado e conformado. O nosso desígnio é criar riqueza para poder distribuir mais e melhor; a nossa motivação é criar esperança e dinamismo na sociedade civil e na máquina do Estado.

Começaremos, pois, pela redução dos impostos, designadamente pela descida do IRS. Neste debate, ouvimos das esquerdas uma crítica acerba à descida dos impostos. Esta é uma medida que aumenta o rendimento disponível, que potencia o crescimento económico e que realiza imperativos de justiça social, num país em que a carga fiscal é elevadíssima e os serviços públicos estão em franco declínio.

Mas, no hemisfério esquerdo, escuta-se sempre o rótulo de medida neo-capitalista ou ultra-liberal. Descer impostos, descer estes impostos, é, antes de tudo o mais, uma medida de política social. Dar mais dinheiro, mais rendimento, mais poder de compra às famílias é uma medida social. E fazê-lo, não através de subsídios, mas aumentando a remuneração líquida do trabalho, é uma medida merecedora de estar numa agenda social para o trabalho digno.

Sim, Senhoras e senhores Deputados, descer impostos não é apenas política fiscal, não é apenas política económica, pode ser também – e neste caso é claramente – política social. Nenhuma surpresa, nenhuma novidade: a equidade fiscal é sempre um componente essencial da equidade social.

8. Senhoras e senhores Deputados,

Em Abril de 2024, cinquenta anos depois da Revolução, queremos renovar o voto de um país de liberdade, de prosperidade, de igualdade e de justiça.

Não queremos um Estado paternalista e assistencialista, que, tentando igualar por baixo, espalha e espelha a pobreza e nos tolhe a liberdade pessoal, familiar, associativa ou empresarial. Não queremos um Estado flácido, que, apesar da sua dimensão, é incapaz de prover às necessidades próprias de uma economia social de mercado e de um Estado de bem-estar social.

Queremos um Estado moderno, dotado dos recursos humanos, técnicos e financeiros, que assegurem a justiça social, os direitos fundamentais à saúde, à educação, à habitação. Queremos um Estado que saiba lidar com os desafios das alterações climáticas, capaz de executar uma agenda exigente para a transição ecológica, mas que seja económica e socialmente sustentável. Ao contrário do que muitos pensam e dizem em discursos inflamados, a agricultura não é inimiga do ambiente, a pecuária e as pescas não são adversárias do bem-estar animal, a ecologia não é a ameaça para economia.

A transição ecológica sustentável como a transição digital sustentável são grandes oportunidades para a agricultura portuguesa, para a revalorização do mundo rural, para dar aos agricultores o lugar que lhes cabe na sociedade portuguesa. E o mesmo se diga das pescas e do mar, que têm de voltar à centralidade das nossas preocupações políticas.

Acreditamos no Estado de Direito, na separação dos poderes, na independência do poder judicial e na autonomia do Ministério Público. A luta contra a corrupção e o princípio da transparência, como aqui se viu, são prioridades já em fase

de execução. Necessitamos de uma justiça acessível a todos – o acesso é também uma questão do Estado social – e de uma justiça célere e moderna. Queremos um país seguro, em que a autoridade e as condições de trabalho de todas as polícias sejam efectivamente melhoradas. Seremos sempre um país de acolhimento, acolhimento regulado e humanista, que dê a todos aqueles que aqui querem trabalhar a dignidade a que têm direito.

Senhor Presidente,

Senhoras deputadas, senhores Deputados:

Queremos um Portugal que dê conforto e esperança aos mais velhos, que dê perspectiva e horizonte aos mais novos. Queremos um Portugal de liberdade, de liberdade para todos, em que o respeito e a tolerância sejam a marca de água de quem somos, de quem fomos, de quem sempre procuramos ser.

Como escreveu, numa das suas odes Ricardo Reis, “isto é quem somos”, assim nos apresentamos às Portuguesas e aos Portugueses e, aqui e agora, ao juízo político soberano da Assembleia da República, que a todos, a todos nós, nos representa.

Cito, pois, a ode de Ricardo Reis:

Uns, com os olhos postos no passado,

Vêem o que não vêem; outros, fitos

Os mesmos olhos no futuro, vêem

O que não pode ver-se.

Porque tão longe ir pôr o que está perto?

A segurança nossa? Este é o dia,

Esta é a hora, este o momento, isto

É quem somos, e é tudo.